

A IMPOSIÇÃO DA MATERNIDADE EM KIM JIYOUNG, NASCIDA EM 1982, DE CHO NAM – JOO

*THE IMPOSITION OF MOTHERHOOD ON KIM JIYOUNG, BORN IN 1982,
BY CHO NAM – JOO*

Maria Marcia da Silva

Mestranda (UFRPE)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7184758552980133>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1610-9831>

Email: marcyahonoratto@gmail.com

Resumo: O presente artigo analisa a imposição da maternidade na obra Kim Jiyoung, nascida em 1982, de Cho Nam-Joo, evidenciando como a protagonista e as mulheres de sua família vivenciam a maternidade como um destino compulsório, e não como uma escolha genuína. A partir de uma leitura crítica do romance, articulada com teóricas como Élisabeth Badinter (1985) e Silvia Federici (2019), discutiremos como a maternidade se configura como um dispositivo de controle social e econômico dentro do sistema patriarcal. A narrativa de Kim Jiyoung expõe não apenas as expectativas e sacrifícios impostos às mães, mas também as contradições que as cercam: qualquer que seja a escolha da mulher — trabalhar fora ou dedicar-se integralmente ao lar — será alvo de julgamentos e punições sociais. Além disso, a obra evidencia a relação entre maternidade e capitalismo, destacando como o trabalho materno, essencial para a manutenção da sociedade, é romantizado, mas invisibilizado e desvalorizado. Dessa forma, este estudo busca contribuir para a reflexão sobre a maternidade compulsória e seus impactos na subjetividade feminina, ressaltando a importância da literatura como meio de denúncia e resistência.

Palavras-chave: Maternidade. Kim Jiyoung, nascida em 1982. Patriarcado.

Abstract: This article analyzes the imposition of motherhood in the work Kim Jiyoung, born in 1982 by Cho Nam-Joo, highlighting how the protagonist and the women in her family experience motherhood as a compulsory destiny, rather than as a genuine choice. Based on a critical reading of the novel, articulated with theorists such as Élisabeth Badinter (1985) and Silvia Federici (2019), we will discuss how motherhood is configured as a device of social and economic control within the patriarchal system. Kim Jiyoung's narrative exposes not only the expectations and sacrifices imposed on mothers, but also the contradictions that surround them: whatever a woman's choice is — to work outside the home or to dedicate herself fully to the home — will be the target of social judgments and punishments. Furthermore, the work highlights the relationship between motherhood and capitalism, highlighting how maternal work, essential for the maintenance of society, is romanticized, but made invisible and devalued. Thus, this study seeks to contribute to the reflection on compulsory motherhood and its impacts on female subjectivity, highlighting the importance of literature as a means of denunciation and resistance.

Keywords: Motherhood. Kim Jiyoung, born 1982. Patriarchy.

Introdução

Aos trinta e três anos, Kim Jiyoung, casada e mãe de uma filha, começa a apresentar comportamentos diferentes. Seu marido, Jung Daehyun, percebe que ela assumiu, de repente, os trejeitos e a voz de outras mulheres – primeiro de sua mãe, depois de uma amiga falecida. Incapaz de compreender as razões por trás dessas mudanças, ele decide procurar ajuda psiquiátrica para sua esposa. A partir desse ponto, uma narrativa reconstrói a trajetória de Jiyoung desde a infância até a vida adulta e o casamento, revelando as camadas de opressões e desigualdades que marcaram sua existência e culminaram em seu colapso mental.

A desigualdade de gênero é o eixo central da obra de Cho Nam-Joo (2022), evidenciada em diferentes momentos da vida da protagonista. No entanto, neste artigo, voltamos nosso olhar para a maternidade, um dos aspectos mais significativos dessa opressão. A análise abordará a maternidade compulsória e sua imposição às mulheres, tendo como base não apenas a experiência de Kim Jiyoung, mas também de sua mãe, Oh Missok, e de sua avó, Koh Boonsoon.

A imposição da maternidade e a delegação de papéis rigidamente femininos são ferramentas fundamentais do sistema patriarcal para restringir a liberdade das mulheres. O percurso das três personagens evidencia como a maternidade, longe de ser apenas um desejo individual, se insere em um mecanismo social que define e limita o papel da mulher.

O interesse por este artigo surgiu após a leitura da obra e a constatação da escassez de trabalhos acadêmicos que a analisassem em profundidade. Em uma busca por referências, encontramos apenas um artigo em língua portuguesa que trata brevemente das violências e opressões presentes na narrativa. Diante dessa lacuna, buscamos contribuir com uma reflexão mais aprofundada sobre a maternidade na obra, considerando-a como um dispositivo de controle social e subjetivo. Dessa forma, caracterizamos o estudo como uma pesquisa qualitativa que, segundo Minayo (2008, p. 21), é tipo de pesquisa que:

responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

Assim, a abordagem adotada nesta pesquisa é qualitativa, com procedimentos metodológicos baseados em pesquisa bibliográfica, adequando-se ao objeto de estudo proposto. Para estruturar esta reflexão, o artigo será dividido em três partes. Inicialmente, no tópico “A maternidade impositiva: aspectos teóricos”, apresentaremos um panorama teórico sobre a maternidade como construção social, trazendo referências que discutem a idealização do amor materno, a maternidade compulsória e sua função como mecanismo de controle no patriarcado.

Em seguida, no tópico “Maternar em *Kim Jiyoung, nascida em 1982*”, analisaremos trechos da obra de Cho Nam-Joo que evidenciam como a maternidade atravessa a vida da protagonista e de outras mulheres da narrativa, reforçando padrões de opressão e expectativas sociais impostas às mulheres. Por fim, nas considerações finais, retomaremos as discussões centrais, reforçando a importância da problematização da maternidade como um dever feminino inquestionável e o papel da literatura na denúncia dessas estruturas opressivas.

A maternidade impositiva: aspectos teóricos

“- você deveria ter um filho. Você precisa ter um filho. Você precisa ter pelo menos dois filhos...” (Nam-Joo, 2022, p. 23).

O tema da maternidade tem sido muito discutido, principalmente por autoras/teóricas feministas. No livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, de Élisabeth Badinter (1985) há uma análise histórica e filosófica sobre a maternidade, questionando a ideia de que o amor materno é um instinto natural e universal. Para a filósofa e historiadora, esse amor não é uma força biológica que transcende o tempo e as culturas, mas uma construção social moldada por fatores históricos, econômicos e políticos. A concepção da maternidade variou ao longo dos séculos, antes

do século XVIII, a maternidade não ocupava um lugar central na vida das mulheres, principalmente na aristocracia e na burguesia.

Era comum que as crianças fossem enviadas a amas de leite logo após o nascimento e só voltassem para casa anos depois. O aleitamento materno era visto como uma tarefa indesejável e incompatível com a posição social das mulheres de elite. Esse distanciamento entre mãe e filho não era visto como negligência, mas sim como uma prática comum e aceitável. O amor materno, tal como concebemos hoje, não era um sentimento obrigatório, e muitas mulheres não sentiam culpa por não se dedicarem aos filhos (Badinter, 1985).

Além disso, a taxa crescente e considerável de mortalidade infantil foi uma das contribuições para que a ligação afetiva entre mãe e filho fosse menos intensa, pois a perda de crianças era de tal modo comum que o investimento emocional era menor. A partir do século XVIII esse tema tem uma virada importante. Influenciado por filósofos iluministas como Jean-Jacques Rousseau, começa a surgir um novo discurso sobre a maternidade. A defesa de que as mães devem amamentar e educar seus filhos atribuiu papel central da mulher na formação moral e social das crianças. Esse discurso se choca com a realidade das mulheres da época, que ainda delegavam essa função às amas de leite (Badinter, 1985). Obviamente, quando citamos essas mulheres, entendemos que aquelas que podiam ter esse privilégio eram as da alta burguesia, não era uma vivência generalizada entre as mulheres.

Depois da difusão do pensamento filosófico, a percepção da maternidade começou a se modificar, o amor materno passou a ser visto como um dever moral e natural, e não apenas como uma escolha. Essa mudança marca o início da idealização da figura materna como conhecemos hoje. Esse modelo foi construído e incentivado pela sociedade, principalmente pelos homens que defendiam a necessidade de um novo papel para as mulheres. O objetivo, segundo Badinter (1985) era garantir uma educação mais voltada para os valores morais e sociais, ao mesmo tempo em que reforçava a domesticidade feminina.

Segundo para o século XIX, com a ascensão da burguesia e o fortalecimento da família nuclear, o discurso sobre a maternidade se intensificou. Médicos, educadores, religiosos e políticos passaram a fortalecer a ideia de que a maternidade era um chamado natural e inquestionável para todas as mulheres. A medicina da época começou a afirmar que o instinto materno era inato e que negar à maternidade seria uma forma de perversão feminina. Mulheres que não desejavam ser mães ou que não demonstravam um amor materno incondicional eram vistas como doentes ou moralmente desviantes. Esse processo contribuiu para consolidar o mito do amor materno como algo espontâneo, eliminando a percepção de que o amor de mãe e filho é um sentimento construído e condicionado por fatores sociais (Badinter, 1985).

Logo, as mulheres passaram a ser educadas para aceitarem a maternidade como sua missão principal. Ser uma boa mãe significava abdicar da própria individualidade no nascimento dos filhos, reforçando um ideal de sacrifício e renúncia que ainda persiste em muitas sociedades contemporâneas. Essas expectativas irreais levaram muitas mulheres a se sentirem culpadas tanto ao serem mães, quanto ao decidirem por não serem.

Quando incluímos a religião nesse molde de como deve ser a vida de uma mulher, surge à figura da Virgem Maria, mãe de Jesus. Essa representação religiosa é um elemento fundador da cultura ocidental, ela é o estereótipo de feminilidade e maternidade disseminado. A mulher que gerou uma vida sem relação sexual, ou seja, sem pecado. Essa lenda estabelece o modelo normativo da centralidade do corpo feminino vinculado ao útero, à maternidade então assume o espaço de essência. Essa compreensão exclui outras dimensões, como a erótica, da vida feminina (Damasceno; Marciano; Menezes, 2021).

O mito do amor materno, esse natural e espontâneo, se tornou o padrão de comportamento a ser seguido e frequentemente enfatizado como ideal. Entretanto, é uma forma de controle e regulação da vida feminina. O pensamento patriarcal moderno pré-determina o lugar reservado a mulher de forma biológica, no intuito de que engravidar e cuidar dos filhos é tanto o destino fisiológico como uma vocação inata. Portanto, nessa lógica, ser mulher é necessariamente ser mãe, pois faz parte da sua identidade (Damasceno; Marciano; Menezes, 2021). O incentivo dessa caracterização da mulher é feita desde a infância com a inserção de brinquedos que a colocam na lógica do cuidado: bonecas, casinhas, panelinhas, etc. As brincadeiras da infância destinadas a

meninos e meninas são a materialização expressa dos papéis de gênero.

Em uma discussão trazida por Badinter (1985), a autora menciona que três discursos dirigidos às mulheres foram necessários para a mudança de suas práticas em relação aos filhos. Sendo: O discurso econômico, o qual estabelecia um valor mercantil para a criança, pelo valor, outrora, produtivo; o discurso filosófico, aquele já explicitado, apontando a criança como bem importante para a sociedade e, principalmente, para a mãe; e, por último, o discurso pelo Estado, o qual responsabilizava a mulher pela nação e assim restringia seu papel doméstico.

Não é preciso pensar muito para entender que o discurso econômico é o mais importante nessa pauta, esse antecede os demais e é o que importa ao Estado. A mão de obra, a força de trabalho sempre foram fatores primordiais para manter uma sociedade capitalista, esse aspecto é o que rege e mantém papéis controlados.

Não à toa, por muito tempo, as mulheres eram excluídas da esfera produtiva, bem como de papéis políticos, como acesso ao voto, ao estudo, ao mercado de trabalho, até a liberdade de pedir o divórcio - pautas problematizadas pelo feminismo (Xavier; Freitas, 2022). A maternidade, muitas vezes romantizada, é usada para controlar os corpos femininos. Historicamente, a maternidade foi socialmente imposta e moldada pelo patriarcado. Mesmo no século XX, com a ascensão da mulher ao mercado de trabalho, persistiu um reforço do papel tradicional de mãe (Oliveira; Oliveira, 2019).

O movimento feminista problematizou esse discurso de naturalização e possibilitou o pensamento de que a maternidade é uma construção social, histórica e cultural. É uma decisão em que a mulher pode optar por ter ou não filhos, bem como tem a liberdade de construir sua própria identidade seja materna ou não (César; Loures; Andrade, 2019). No próximo tópico, iremos fazer a análise de alguns trechos da obra *Kim Jiyoung, nascida em 1982*. A narrativa de Cho Nam-Joo apresenta uma protagonista que vivencia essa imposição materna de maneira contundente, refletindo os impactos sociais e psicológicos da maternidade compulsória.

Maternar em *kim jiyoung, nascida em 1982*

“O mundo tinha mudado bastante, mas não pequenas regras, contratos e costumes, o que significava que na verdade o mundo não tinha mudado nada” (Nam-Joo, 2022, p. 128-129).

A protagonista do romance de Nam-Joo (2022) desperta um olhar atento e até empático no leitor. Ao ter todas as opressões e violências de gênero partilhadas, começamos a entender os sofrimentos que ela passa e como seu colapso mental é um fator determinado pelas circunstâncias vivenciadas por toda a sua vida. Conhecemos Jiyoung desde a sua infância, e, mesmo ali, sob o espaço do lar, as desigualdades a atravessam, seja com a divisão da comida, em que as partes melhores são oferecidas aos homens ou com a diferença de tratamento entre ela e o irmão mais novo. Quando cresce e passa a ocupar outros espaços, como a escola, as desigualdades lhe acompanham.

Em momento algum as opressões cessam, na verdade, a cada novo espaço acessado por Jiyoung, pelo seu crescimento e curso natural da vida – Escola, curso preparatório, faculdade, mercado de trabalho, namoro, casamento – novas formas de violência e abusos lhe são conferidas. De forma crescente, o narrador vai apontar como todo o percurso de vida da protagonista vai atingindo-a, culminando, primeiro, em uma depressão pós-parto. Sua fragilidade psicológica não é um acaso, mas uma resposta direta às violências acumuladas ao longo dos anos. Esse esgotamento se intensifica com a morte da amiga: “Jiyoung estava enfrentando uma depressão pós-parto quando soube da morte da amiga. Com a notícia terrível, além de todo o restante, passou a ser difícil lidar com as tarefas diárias” (Nam-Joo, 2022, p. 10). E, depois, com o colapso mental.

Quando sua filha nasce, as coisas mudam significativamente, até aquelas triviais de sua vida de casada:

Daehyun e Jiyoung costumavam se revezar ao volante em viagens longas, mas, desde que a filha nasceria, Daehyun dirigia o tempo todo. A bebê se remexia, reclamava e choramingava sempre que a colocavam na cadeirinha, e Jiyoung sabia melhor

como mantê-la ocupada e feliz com brincadeiras e lanchinhos (Nam-Joo, 2022, p. 13).

O trecho ilustra como os papéis de gênero são rigidamente definidos. A responsabilidade pelo cuidado infantil não é uma escolha ou um acordo entre casal – é uma imposição naturalizada. Ela “sabia melhor como mantê-la ocupada e feliz”, mas essa não é uma habilidade inata ou biológica, e sim resultado de um processo social que ensina desde cedo às mulheres que o cuidado é sua obrigação. Daehyun, por outro lado, não precisa desenvolver esse conhecimento, pois sua função era mecânica e prática: dirigir. Essa divisão reflete o que Badinter (1985) chama de ‘mito do amor materno’ – a ideia de que as mulheres possuem uma predisposição natural para cuidar, enquanto os homens ficam nessa margem dinâmica, reforçando um ciclo de sobrecarga feminina e isenção masculina.

A narrativa nos leva, também, a conhecer a avó paterna de Jiyoung. A senhora morava com os pais da protagonista e era cuidado por Oh Misook, mãe de Jiyoung. Em um trecho entendemos as dificuldades na vida daquela mulher:

Os quatro irmãos nasceram e foram criados em uma época na qual a própria sobrevivência era uma luta. Enquanto as pessoas morriam – tanto jovens quanto velhos – devido a guerra, doença e fome, Koh Boonsoon cultivava os campos de outras pessoas, fazia o trabalho doméstico de outras pessoas e ainda conseguia cuidar da própria casa, lutando com unhas e dentes para criar os quatro meninos. O marido, um homem de pele clara e mãos macias, nunca trabalhou. Koh Boonsoon não se ressentia do marido por não ter a capacidade ou a vontade de sustentar a família. Ela acreditava piamente que ele era um marido decente por não se deitar com outras mulheres e não bater nela. Dos quatro filhos que criou assim, o pai de Jiyoung foi o único que cuidou da mãe quando ela envelheceu (Nam-Joo, 2022, p. 22).

O relato sobre Koh Boonsoon se insere dentro de uma lógica de exploração feminina profundamente enraizada, na qual o trabalho das mulheres é invisibilizado e sua resistência é naturalizada como parte de seu dever materno. A personagem representa uma geração de mulheres que não apenas assumiram integralmente a responsabilidade pela sobrevivência da família, mas que internalizaram essa carga como um destino inquestionável, sem espaço para ressentimento ou revolta.

A vida da avó foi experienciada com uma tripla jornada de trabalho: trabalho no campo, serviço doméstico de terceiros e gerenciamento das demandas da própria casa e de seus filhos. O seu trabalho em todas essas esferas foi o que permitiu a manutenção de sua família, mas não houve reconhecimento algum em relação a isso. Nesse contexto, a maternidade não é uma escolha, mas uma batalha diária pela sobrevivência. A imposição da função materna vai além do cuidado emocional e se materializa como uma exploração do corpo e da força de trabalho das mulheres. Silvia Federici (2019) discute como o capitalismo se aproveita do trabalho feminino não remunerado para sustentar a economia, tornando as mulheres uma peça fundamental da engrenagem produtiva sem que recebam qualquer tipo de remuneração ou reembolso.

Esse trecho também ressalta um problema histórico: a normalização do sacrifício feminino. A personagem não desempenha apenas várias funções extenuantes, mas também aceita sua situação sem questionar. Esse comportamento reflete um modelo de maternidade em que ser mãe significa abdicar de si mesma e colocar os filhos e a família acima de qualquer necessidade.

A contraposição entre ela e o marido é também um ponto que precisa ser discutido. De um lado, ela está sobrecarregada pelo trabalho, e, do outro, ele vive uma vida sem esforço algum. Há aqui um reforço da desigualdade estrutural entre homens e mulheres no sistema patriarcal. Ainda assim, Boonsoon não reclama e até considera que o homem é um bom marido. É impactante essa ideia, pois revela a baixa expectativa que as mulheres desenvolvem em relação aos homens dentro do sistema patriarcal. Ela não questiona a inatividade do marido, nem exige que ele cumpra seu papel de provisão da casa. Pelo contrário, a sua definição de ‘bom marido’ resume-se a ausência de

violência explícita e traição.

Posteriormente, na narrativa, entendemos um pouco mais da infância de Jiyoung e, principalmente, da história de sua mãe, Oh Misook. Em um trecho, percebemos a imposição da maternidade sobre a personagem, feita pela sua sogra:

- Você deveria ter um filho. Você precisa ter um filho. Você precisa ter pelo menos dois filhos...

Quando Kim Eunyong nasceu, Oh Misook segurou a criança nos braços e chorou.

- Sinto muito, mãe – disse, de cabeça baixa.

Koh Boonsoon respondeu à nora, com carinho:

- Tudo bem. O segundo vai ser um menino.

Quando Kim Jiyoung nasceu, Oh Misook segurou a criança nos braços e chorou.

- Sinto muito, garotinha – disse, de cabeça baixa.

Koh Boonsoon repetiu com carinho:

- Tudo bem. O terceiro vai ser um menino (Nam-Joo, 2022, p. 23).

De forma contundente, a imposição da maternidade e a hierarquização de gênero dentro da experiência materna são transfiguradas nesse trecho. Oh Misook carrega não apenas a obrigação de gerar filhos, mas a expectativa específica de gerar um menino. A cada nascimento de uma menina, a tristeza e o pedido de desculpas são evidentes, pois o corpo feminino ‘falhou’ em sua função primordial. A frase dita ao segurar sua filha nos braços não é apenas uma manifestação pessoal de dor, mas a internalização de uma estrutura que desvaloriza a existência feminina.

A resposta da sogra reforça como essa ideologia é perpetuada dentro da família. O consolo oferecido por Boonsoon não contesta a ideia de que o nascimento de uma menina seja algo a se lamentar, mas apenas promete que o ‘erro’ será corrigido futuramente, com o nascimento de um neto. Esse ciclo de expectativas e frustrações demonstra que a maternidade, nesse contexto, não é sobre a experiência de criar filhos, mas sobre a manutenção de uma lógica patriarcal e produtivista que prioriza o nascimento de homens.

A pressão atinge seu ápice com a terceira gravidez de Misook. Quando a médica anuncia, com cautela, que o bebê novamente não será um menino, a personagem se desespera e busca no marido algum sinal de apoio. No entanto, a resposta que recebe: “- Fique quieta e durma. Não dê ideias ao diabo”. Diante disso, Misook não vê alternativa a não ser fazer um aborto.

Aqui, a narrativa expõe uma camada ainda mais cruel da maternidade compulsória: não basta ser mãe, é preciso matinar de acordo com os interesses do sistema patriarcal. O aborto, que em teoria deveria ser um direito reprodutivo garantido pelo governo sul-coreano para casos médicos, torna-se um recurso de seleção de gênero, revelando como os corpos femininos são instrumentalizados. Nessa lógica, gestar uma menina é, por si só, um ‘problema médico’, pois representa um desvio do que é esperado para a continuidade da família e da estrutura social.

Oh Misook foi até a clínica sozinha e “apagou” a irmã mais nova de Jiyoung. Nada daquilo foi sua culpa, mas a responsabilidade recaiu sobre ela, e ninguém da família ficou por perto para consolá-la durante a dor física e emocional angustiante. A médica segurou a mão de Oh Misook enquanto ela uivava como um animal que tinha perdido seu filhote para uma fera (Nam-Joo, 2022, p. 25).

A decisão dela, ainda que imposta, reflete a precariedade das escolhas oferecidas às mulheres: ou ela se conforma com a desaprovação e o desprezo por ter uma filha ou se submete a um aborto que não desejava, mas que foi socialmente induzido. Essa realidade dialoga com o que Silvia Federici (2019) aponta como o controle da reprodução feminina no capitalismo, em que a maternidade não é um espaço de autonomia, mas uma ferramenta para a manutenção de uma ordem econômica e patriarcal.

Portanto, a maternidade compulsória não se resume às obrigações de gerar filhos, mas à regulação de quais filhos devem ser gerados. A escolha de Misook nunca foi uma escolha real. Desde o início, sua função era atender às demandas impostas pelo sistema, ainda que isso significasse negar a própria vida que carregava.

Voltando a nossa protagonista, Kim Jiyoung. Quando chegamos à parte do casamento na narrativa ela está trabalhando em uma empresa de marketing e eles vivem uma vida completamente dedicada ao trabalho. Entretanto, em uma visita à família do marido se sente pressionada com comentários e perguntas relacionadas à quando terão um filho. Ao voltarem para casa, ela revela seu descontentamento com a cobrança infligida a ela. Ele responde:

- E tem um jeito de parar a enchecção de saco dos meus pais para sempre.
- Como?
- Vamos ter um filho logo. Se pretendemos fazer isso de qualquer forma, por que não evitar os sermões de uma vez? Não estamos ficando mais jovens (Nam-Joo, 2022, p. 131).

Segundo Damaceno, Marciano e Menezes (2021), a exigência da maternidade, muito mais que pela vontade de ter filhos, tem sido aceita pelo medo da impossibilidade de ser mãe por conta da idade. Daehyun usa esse argumento para naturalizar, ainda mais, a maternidade imposta a Jiyoung. Entretanto, ela não se convence tão facilmente, alguns questionamentos surgem:

A sugestão de Daehyun pareceu tão distraída e casual quanto “Vamos experimentar a cavala norueguesa” ou “Vamos montar um quebra-cabeça da obra O beijo, de Klimt”. Pelo menos foi assim que soou para Jiyoung. O casal ainda não tinha conversado sobre planejamento familiar ou quando engravidar, mas os dois acreditavam que isso era um passo natural após o casamento, e era difícil argumentar contra o que Daehyun dissera. Mas ter um filho não era uma decisão tão simples para Jiyoung. A irmã, que se casara um ano antes, não tinha filhos, assim como a maioria das amigas que se casaram mais tarde, então Jiyoung nunca tivera contato com uma grávida ou com um recém-nascido. Ela não conseguia medir o que em seu corpo ia mudar e em que grau. Mais importante, não tinha certeza se conseguiria conciliar a carreira e os cuidados com a criança. Creches e babás não seriam suficientes, uma vez que o casal sempre trabalhava até tarde e nos fins de semana. Nenhum dos avós poderia ajudar. E ela se sentiu péssima por já estar pensando em colocar o bebê sob os cuidados de outra pessoa antes mesmo de ele ter nascido. Por que ter filhos se nunca teriam tempo para se dedicar a eles? (Nam-Joo, 2022, p. 131-132).

A forma que Daehyun propõe ter um filho evidencia a naturalização da maternidade como um destino incontestável para as mulheres. Para ele, essa decisão não exige reflexão ou planejamento detalhado, pois o papel da mulher como mãe já é assumido dentro do casamento. Esse trecho reforça o que Badinter (1985) discute, ao mostrar como uma sociedade transformou a maternidade em um dever moral e biológico, eliminando a noção de escolha real para as mulheres.

Jiyoung, por sua vez, percebe que a decisão de ter filhos não é trivial. Ela se preocupa com as mudanças que a maternidade traz ao seu corpo, à sua carreira e à sua rotina, demonstrando uma consciência dos impactos que essa decisão pode ter em sua autonomia. O dilema de Jiyoung é reflexo direto do argumento de Badinter (1985) sobre o amor materno não ser instintivo, mas sim uma construção social que obriga as mulheres a desempenharem esse papel sem questionamento. Em outro trecho, a fala do marido reflete um discurso amplamente difundido na sociedade: o da romantização da maternidade.

[...] pense no que você vai ganhar, não só no que vai ter que abrir mão. Pense em como é significativo e emocionante ser mãe. E se realmente não conseguirmos encontrar alguém para cuidar do bebê, na pior das hipóteses, não se preocupe em ter de pedir demissão. Eu posso cuidar de todos nós. Não vou pedir a você que saia para ganhar dinheiro (Nam-Joo, 2022, p. 132).

Ele minimiza os desafios e sacrifícios envolvidos e apela para uma vida sentimental, indicando que a experiência materna é enriquecedora e significativa, independente dos custos pessoais que possam ter para Jiyoung. Essa estratégia de convenção está alinhada ao que Badinter (1985) critica sobre o mito do amor materno: a maternidade é frequentemente apresentada como uma fonte de realização e felicidade inquestionável, o que desconsidera as dificuldades concretas enfrentadas pelas mulheres.

Além disso, há um viés de gênero evidente na fala do marido. Ele sugere que, no pior cenário, ela poderia simplesmente abrir mão de sua carreira, mas essa mesma possibilidade não se aplica a ele. Isso demonstra como a sociedade condiciona as mulheres a enxergarem a maternidade como prioridade absoluta, enquanto os homens mantêm sua identidade e sua função social intacta.

Quando Jiyoung, pouco tempo depois, engravida, passa a escutar comentários que a desestabilizam. No trabalho:

Quando ela anunciou a gravidez, um de seus colegas homens exclamou:

- Que sortuda! Vai poder chegar mais tarde para trabalhar. Que sortuda, fico enjoada toda hora, sou incapaz de sentar ou cagar direito e estou sempre cansada, sonolenta e dolorida, Jiyoung quis responder, mas se conteve. Ficou decepcionada com os comentários insensíveis, que não demonstravam nenhuma preocupação com o desconforto e as dores da gravidez (Nam-Joo, 2022, p. 135).

O comentário aparentemente inofensivo do colega de trabalho revela um profundo desconhecimento e menosprezo pelo que significa a gestação. Para ele, a gravidez representa um benefício profissional, um rompimento na rotina de trabalho. No entanto, Jiyoung está longe de se sentir 'sortuda': sua experiência é marcada pelo desconforto, dores e exaustão, além da preocupação constante com o futuro.

Fica evidente que o ambiente corporativo não registra os impactos físicos e emocionais da gestação e reforça a ideia de que a maternidade não passa de um 'favor' ou concessão feita às mulheres, quando, na realidade, ela se torna um obstáculo para sua permanência no mercado de trabalho. Essa visão faz parte da lógica capitalista de desvalorização do trabalho reprodutivo, que é essencial para a manutenção da sociedade, mas não recebe qualquer reconhecimento econômico (Federici, 2019).

No metrô, outro comentário insensível: "- Quase parindo e ainda pegando o metrô para ganhar dinheiro... Obviamente não tem condições financeiras para ter filhos" (Nam-Joo, 2022, p. 137). Essa fala anônima revela como a maternidade também se cruza com questões de classe social. Há uma expectativa implícita de que apenas mulheres com boas condições financeiras deveriam ter filhos, como se a maternidade fosse um privilégio e não um direito.

Ao mesmo tempo, essa visão ignora que o próprio sistema econômico impede que as mulheres conciliem a maternidade e a vida profissional sem grandes dificuldades. Os dois trechos evidenciam como a sociedade impõe expectativas contraditórias às mulheres, especialmente às mães, tornando impossível que sejam reconhecidas ou valorizadas, independente do caminho que escolherem.

Depois do nascimento de sua filha, ao ir para um café, Jiyoung parou em uma praça junto à criança e ouviu comentários de um grupo de funcionários de escritório que estavam tomando a mesma bebida, aquelas palavras lhe atingiram fundo: "Queria eu poder viver do salário do meu marido... vagar por aí e comprar café... essas mães parasitas têm vida fácil... nunca vou me casar

com uma coreana...” (Nam-Joo, 2022, p. 162).

Ao ouvir esses comentários, Jiyoung voltou para casa apressada, sentiu-se mal e chorou. Ela era mesmo tudo aquilo? Uma parasita? Cuidar de uma criança era assim tão fácil? Ela não merecia poder tomar um simples café? Tantas perguntas vindas depois de julgamentos ultra machistas, ancorados pelo patriarcado que coloca a mulher, independente de sua função, seja sendo ou não mãe, em um espaço passível de julgamento.

O termo ‘mãe parasita’ carrega uma carga brutal de desumanização e fortalece como a sociedade pune as mulheres independentemente do que escolham. Se Jiyoung estava trabalhando, seria criticada por não estar cuidando da filha. Mas ao ser dona de casa, é vista como uma mulher inútil que explora o marido. Esse é um mecanismo clássico do patriarcado, que impede que as mulheres encontrem qualquer espaço de acesso: qualquer escolha feita será sempre errada.

No último capítulo temos a narração em primeira pessoa feita pelo terapeuta de Jiyoung, apontando os outros capítulos como um resumo feito através das consultas. Ele fala sobre sua própria experiência como homem e em como se sentiu impactado com a história de Jiyoung. Porém, revela que uma das terapeutas que trabalhava com ele, teve que sair, porque sua gravidez era de risco, então se despediu amigavelmente estimulando trabalhar com ele novamente. Parecia um simples relato empático, quando ao final ele discorre:

Mesmo as melhores funcionárias podem causar muitos problemas quando não têm uma situação bem resolvida no que diz respeito à maternidade. Vou ter de me certificar de que a pessoa que venha a substituí-la não seja casada (Nam-Joo, 2022, p. 172).

Finalizar o romance com essa fala do terapeuta de Jiyoung mostra como o machismo é estrutural e não tem alterações significativas, porque isso acarretaria em mudanças profundas em como os homens vivem, e sair desse conforto patriarcal não é algo que se possa abrir mão. Portanto, a discussão trazida em *Kim Jiyoung, nascida em 1982* é importante e urgente.

A gestação passou a ser cobrada de forma exaustiva, de modo que a identidade feminina se tornou indissociável da materna. A socialização dos papéis femininos e masculinos foram diretamente demarcados – homens esfera produtiva, mulheres espaço privado, cabendo atuar apenas como coadjuvante (Xavier; Freitas, 2022). Embora muito tenha mudado e as mulheres ocupem espaços importantes, a maternidade continua sendo compulsória e impositiva, como mostrado por Cho Nam-Joo.

Considerações finais

A análise de *Kim Jiyoung, nascida em 1982*, demonstra como a maternidade compulsória não se restringe a uma escolha individual, mas se configura como um instrumento de controle social e econômico. A trajetória de Jiyoung evidencia que a imposição da maternidade não se dá apenas pela expectativa de que as mulheres tenham filhos, mas pela exigência de que assumam integralmente os encargos de criação, da renúncia pessoal e da subordinação ao modelo patriarcal.

A obra de Cho Nam-Joo escancara as múltiplas violências que atravessam a experiência feminina, revelando que a opressão da protagonista não é isolada, mas um reflexo de um sistema que define o papel das mulheres desde a infância. Desde a divisão desigual da alimentação em sua casa até a pressão para abandonar a carreira após a maternidade, Jiyoung ilustra o ciclo de exploração que muitas mulheres enfrentam ao longo da vida.

Além disso, a narrativa expõe como o patriarcado e o capitalismo operam conjuntamente para manter essa estrutura. Como apontado por Federici (2019), o trabalho reprodutivo feminino é fundamental para a manutenção da força de trabalho, mas permanece invisibilizado e não remunerado. O papel das mães é glorificado em discursos moralizantes, mas, na prática, elas são isoladas, sobrecarregadas e desvalorizadas. O caso de Jiyoung ilustra essa contradição: a maternidade é vista como um destino nobre, mas, ao mesmo tempo, ela é punida por qualquer escolha que faça, seja trabalhando fora ou ficando em casa.

A relevância da obra de Nam-Joo transcende o contexto sul-coreano. O romance dialoga com realidades vividas por mulheres ao redor do mundo, desmistificando a ideia da maternidade como realização plena e natural. Ao denunciar as expectativas sufocantes impostas às mães, a autora reforça a necessidade de repensarmos a estrutura social que sustenta essa desigualdade e de reivindicarmos novas formas de vivenciar a maternidade – ou de optar por não vivê-la.

Dessa forma, *Kim Jiyoung, nascida em 1982* não é apenas um relato ficcional, mas um manifesto contra um sistema que oprime mulheres há séculos. A literatura, ao dar voz a essas experiências, cumpre um papel essencial na desconstrução de mitos e na ampliação do debate sobre os direitos das mulheres, especialmente no que tange à liberdade reprodutiva e à valorização do trabalho materno.

Referências

BADINTER, Élisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CÉSAR, Ruane Cristine Bernardes; LOURES, Amanda Freitas; ANDRADE, Bárbara Batista Silveira. A romantização da maternidade e a culpabilização da mulher. **Revista Mosaico**, 2019.

DAMACENO, Nara Siqueira; MARCIANO, Rafaela Paula; MENEZES, Nayara Ruben Calaça Di. As representações sociais da maternidade e o mito do amor materno. **Perspectivas em Psicologia**, Uberlândia, v. 25, n. 1, 2021.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2019.

NAM-JOO, Cho. **Kim Jiyoung, Nascida em 1982**. São Paulo: Intrínseca, 2022.

OLIVEIRA, Paloma do Nascimento; OLIVEIRA, Tássia Tavares de. Reflexões feministas e maternas em narrativas contemporâneas escrita por mulheres. **Revista letras raras**, v. 10, n.4, 2021.

XAVIER, Amanda Karolina Oliveira; FREITAS, Talita Maria Machado de. Da sacralização ao purgatório: maternidade compulsória e o mito do amor materno. **JNT – Facit Business and Technology Journal**, v. 3, n. 39, 2022.

Recebido em: 27 de junho de 2025

Aceito em: 09 de agosto de 2025